

FUNDAMENTOS DE MACROECONOMIA

APOSTILA

APOSTILA

Prof. Eric Barreto

Prof. Alexandre Augusto Pereira Gaino

MÓDULO 1 – Papel e estrutura da macroeconomia

CAPÍTULO 1 – Apresentação

A partir da disciplina Fundamentos de Economia você observa como a Ciência Econômica trata suas variáveis e como algumas delas formam agregadamente a demanda e a oferta de todo sistema econômico, ou seja, a partir deste curso você estará se preparando para interpretar as relações de variáveis econômicas importantes para as decisões das empresas e do sistema financeiro, tais como, a renda nacional, meios de pagamento e agregados monetários.

Na primeira parte da disciplina você estudou a importância das contas nacionais, especialmente o Produto Interno Bruto (PIB), o Produto Nacional Bruto (PNB) e o Balanço de Pagamentos, e a partir de agora, vai estudar os princípios da política monetária, da política fiscal e da política cambial.

CAPÍTULO 2 - O papel da Macroeconomia

A macroeconomia é um ramo de fundamental importância na compreensão da economia de um país. Ela faz parte do nosso cotidiano, o que pode ser percebido diariamente pelas notícias de jornais, rádio e televisão quando tratam de assuntos como inflação, desemprego, crescimento econômico, taxa de juros, déficit PÚBLICOS, entre outros. Todos os agentes econômicos, ao tomarem decisões como quanto consumir, investir ou poupar, são fortemente influenciados pelas diversas variáveis econômicas.

A macroeconomia pode ser resumidamente definida como a parte da ciência econômica que estuda o comportamento global do sistema econômico. Desta maneira, estuda o sistema econômico como um todo, analisando a determinação e o comportamento de grande agregados, tais como:

- Renda
- Produto Nacional
- Nível geral de preços
- Emprego e desemprego
- Moeda e taxa de juros
- Balanço de pagamento e taxa de cambio

A determinação do nível de renda, emprego e de utilização da capacidade instalada de uma economia é uma das questões mais importantes da análise macroeconômica. Em termos práticos, trata-se de se perguntar porque os países

e suas economias apresentam, ao longo do tempo, ritmos diferenciados de crescimento. Ou ainda, olhando o mesmo fenômeno por outra perspectiva, trata-se e compreender o que determina a criação da riqueza em uma economia de mercado. Várias são as questões que surgem nesse plano de análise macroeconômico, tais como:

- Por que, em um determinado período, uma economia pode apresentar subutilização de fatores produtivos que poderiam estar sendo empregados para a produção de bens e serviços? Em outras palavras, por que existe desemprego?
- Por que, em certas condições, o nível de atividades de uma economia pode se elevar a ponto de causar pressões altistas nos preços (inflação)?
- Os governos devem (ou não) amortecer os impactos dos ciclos econômicos? Em outros termos, as políticas econômicas, podem acelerar ou diminuir o ritmo de expansão da renda?
- Qual o peso das relações econômicas internacionais – comércio de bens e serviços, fluxos de capitais, etc. – na determinação dos níveis internos de emprego, renda e de preços (inflação/deflação, taxas de câmbio, poder de compra dos salários, etc.)?

Não se pretende aqui esgotar as várias respostas que podem ser elaboradas para cada uma das questões anteriores. Até porque há várias correntes de pensamento dentro da Ciência Econômica que apresentam distintas teorias que procuram explicar aqueles e outros fenômenos.

CAPÍTULO 3 - Estrutura de Análise Macroeconômica

A estrutura básica para uma análise macroeconômica normalmente divide a economia em cinco mercados, que através de suas ofertas e demandas determinam os agregados macroeconômicos. São eles:

Parte "real" da economia	Parte "monetária" da economia
Mercado de Bens e Serviços Mercado de Trabalho	Mercado Monetário Mercado de Títulos Mercado de Divisas

Do lado "real" da economia o **Mercado de Bens e Serviços** determina o nível de produção agregada, bem como o nível geral de preços. O nível geral dos preços e do agregado da produção depende da demanda agregada – consumidores, empresas, governo, setor externo – e da oferta agregada de bens e serviços. Para que ao menos houvesse um equilíbrio de mercado, seria necessário que a oferta agregada de bens e serviços fosse igual a demanda agregada de bens e serviços.

Já no **Mercado de Trabalho** a oferta de mão de obra dá-se pelo salário e pela evolução da população economicamente ativa. Já a procura de mão de obra ocorre pelo seu custo à empresa e do nível de produção desejada pela mesma.

O equilíbrio nesse mercado se dá pela igualdade entre a oferta e a demanda de mão de obra, que determina o nível de emprego e a taxa de salário.

Do lado "monetário" o próprio **Mercado Monetário** existe pelo motivo de todas as operações comerciais da economia serem realizadas através da moeda. Nele existe, portanto, uma demanda e também uma oferta de moeda – através do Banco Central –, que juntas determinam uma taxa de juros. Aqui, a igualdade entre a oferta e a demanda de moeda dá a condição de equilíbrio no mercado monetário. E é ele que impõem, além da taxa de juros, o estoque de moeda.

No **Mercado de Títulos** temos a determinação do preço dos títulos, por exemplo, dos títulos PÚBLICOS federais. Neste mercado existem dois agentes principais, os *superavitários*, que gastam menos e ganham mais, podendo efetuar empréstimos, e os agentes econômicos *deficitários*, que gastam mais que ganham, e que geralmente recorrem à empréstimos dos superavitários. Quando a oferta de títulos se iguala a sua demanda, ocorre o equilíbrio desse mercado.

O **Mercado de Divisas**, também conhecido como mercado de moeda estrangeira, cuida das transações da economia com o resto do mundo. Para que ocorra um equilíbrio nesse mercado é necessário que a oferta de divisas – gerada pelas exportações e entrada de capital – seja igual a sua demanda – gerada pelas importações e saída de capital financeiro. A taxa de câmbio é a variável determinada neste mercado que possui interferência do Banco Central, que fixa ou deixa a taxa de câmbio flutuar.

CAPÍTULO 4 - Meios de Pagamento e Agregados Monetários

Nesta Unidade você terá a oportunidade de aprofundar o conhecimento sobre teoria monetária no que se refere ao papel dos meios de pagamento e dos agregados monetários, de forma a relacioná-los as variáveis econômicas importantes, como a taxa de juros, base monetária e renda nacional.

A Moeda

A moeda representa uma tentativa bem sucedida de organizar a comercialização de produtos, e substituir a simples troca de mercadorias. Há divergências sobre qual povo foi o primeiro a utilizar a técnica da cunhagem de moedas, pois de acordo com alguns, a China utilizava moedas cunhadas antes do século VII a.C., época que é creditado ao povo lídio esta realização. Durante muitos anos, a moeda possuía um valor real, que dependia do metal de que era feita. Hoje, os países do mundo usam moedas de valor nominal, seu valor não corresponde a nenhum metal ou a qualquer outro lastro de valor.

A moeda pode ser definida como um objeto de aceitação geral, utilizado na troca de bens e serviços, capaz de ser usado para pagamento e possui aceitação imediata, além da garantida por lei.

No passado, toda moeda possuía um lastro no padrão-ouro, ou seja, os países emitiam moeda, afirmando para sua população e ao restante do mundo que o valor expresso pelo poder de compra da moeda tinha um equivalente em ouro guardado nos cofres do governo. A expansão do comércio e a credibilidade do

papel-moeda e o fato de que não haveria uma troca total do papel-moeda circulante em seu equivalente em ouro (100% de convertibilidade), mostrou aos governos que o padrão lastreado no ouro não era necessário e o lastro foi sendo reduzido paulatinamente até os nossos dias, em que esse padrão foi completamente abandonado. Atualmente o padrão é denominado de moeda fiduciária (fidúcia = confiança) sem lastro sua aceitação é garantida por lei. Com as autoridades monetárias tendo o poder de emitir moeda.

Veremos mais a frente que esse poder também impõe aos governos e aos seus gestores enormes responsabilidades, de tal forma, que um ramo da Economia se preocupa com estas questões de determinação da quantidade da moeda e de seus efeitos sobre os restantes das variáveis econômicas, denominada Economia Monetária.

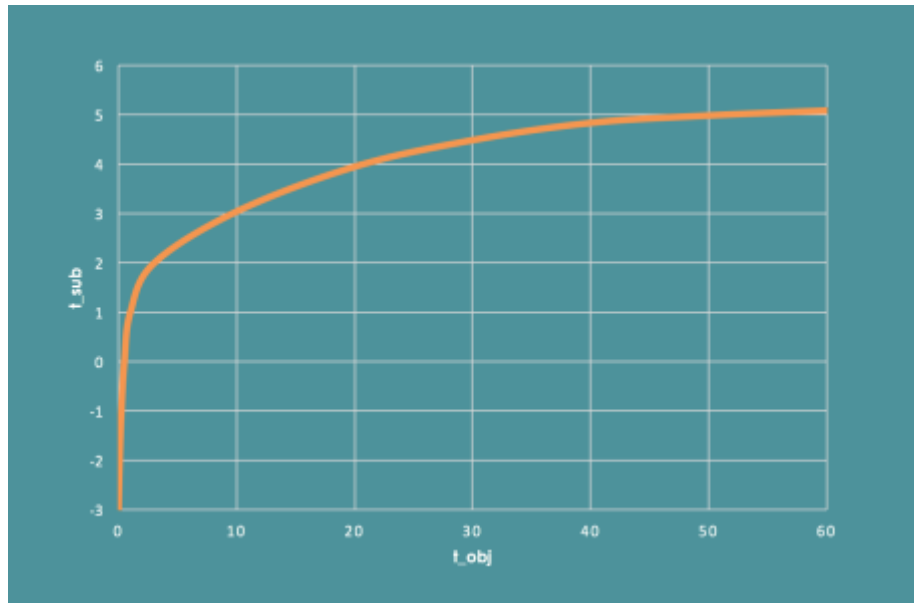
Moeda: Funções e demanda

A moeda na sociedade contemporânea cumpre uma série de funções importantes para as relações econômicas das nações, podemos observar estas funções a seguir:

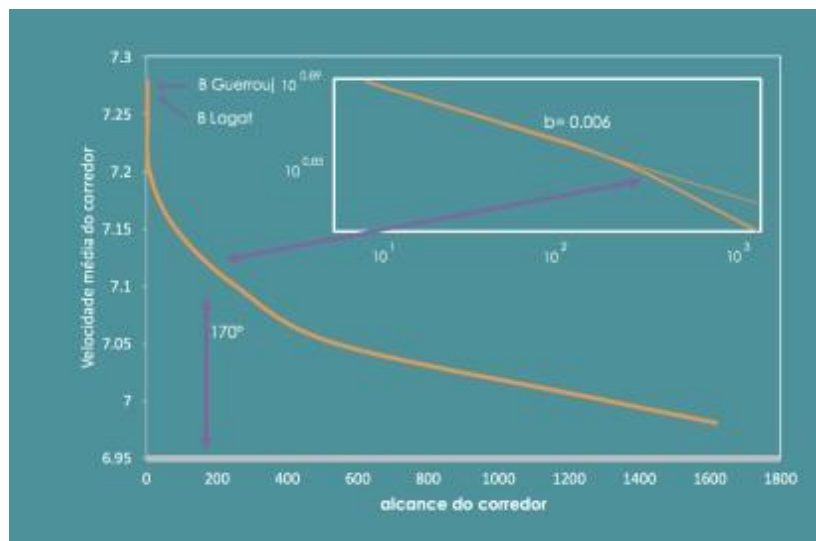
- Mão-de-obra: a moeda facilita a troca entre as mercadorias, se não existisse a moeda, as trocas teriam que ser diretas do tipo escambo¹.
- Unidade de medida: a moeda serve para quantificar o valor dos bens e para compará-los.
- Reserva de valor: a moeda representa um direito que seu possuidor tem sobre outra mercadoria.

A demanda por moeda advém do fato de que as pessoas precisam dela para fazer frente a seus pagamentos e obrigações financeiras (*transação*) e para se precaverem quanto às incertezas de pagamentos inesperados (*precaução*), ou seja, a população retém parte da quantidade de moeda da Economia para esta finalidade. Podemos afirmar ainda que a demanda por moeda, ou encaixes monetários, depende do nível de renda nacional, pois quando a renda aumenta, a quantidade de moeda deve acompanhar a elevação da renda para garantir o fluxo de mercadorias.

¹Escambo – é o processo de trocas diretas entre mercadorias, ou seja, se um produtor rural colhe cenoura e pretende comprar uma enxada, no escambo, ele teria que encontrar um ferreiro, que tivesse uma enxada para vender e quisesse trocá-la por cenouras. Fonte: Vasconcellos (2002).



A moeda, além de ser retida pela população para transações e reserva, também serve para que as pessoas invistam no mercado de títulos ou de imóveis ou em outras opções de aplicações. Assim, a demanda por moeda depende da taxa de juros, uma vez que com as taxas de juros maiores, as pessoas estão menos dispostas a reter moeda e se sentem atraídas pelos ganhos dos juros que rendem os títulos.



Desta forma, a demanda por moeda advém de três motivos, a saber:

- **Motivo Transação:** como não existe coincidência entre os fluxos de pagamentos e recebimentos, os agentes econômicos (indivíduos e empresas) necessitam reter ativos monetários durante o intervalo que vai do momento em que recebem até o momento em que necessitam saldar dívidas.
- **Motivo Precaução:** advém da imprevisibilidade de certas despesas (extraordinárias e incertas). Além de diversificados tipos de dispêndios que

não são facilmente previsíveis nem programáveis, podem ainda ocorrer, inesperadamente os mais variados tipos de infortúnios e oportunidades, exigindo ambos, para que possam ser enfrentados, a retenção de saldos monetários.

- **Motivo Especulação:** enfatiza a visão da moeda como reserva de valor (patrimônio). Assim, torna-se desejável reter moeda para realizar oportunidades especulativas, desde que os agentes econômicos tenham razões para acreditar em mudanças a seu favor no preço dos ativos financeiros.

Agregados Monetários

Na maioria dos casos, os agentes econômicos entendem que “moeda” é o dinheiro que carregam consigo e/ou que mantém depositado junto às instituições que captam depósitos, que é o termo técnico para os bancos. Esta visão é correta, porém parcial. Para compreender melhor os fenômenos monetários, as autoridades monetárias e os analistas costumam se guiar através da utilização de vários indicadores, dentre os quais os agregados monetários.

Os agregados monetários buscam medir qual é a oferta de ativos líquidos que, em maior ou menor grau, exercem as funções de moeda. Tradicionalmente chama-se de M1 ao somatório do papel moeda em poder do PÚBLICO (notas e moedas metálicas) com os depósitos à vista (moeda escritural, movimentada por meio de cheques e cartões de débito). Este agregado corresponde àquilo que o senso comum entende como sendo o dinheiro. M1 não “rende juros”, tem liquidez máxima e custo de manutenção mínimo. Ele é emitido pela Autoridade Monetária e pelos bancos criadores de moeda escritural. Os demais agregados se organizam em função de quem emite os títulos considerados, que, por sua vez, apresentam níveis de liquidez inferiores a M1. Assim, temos:

M1	É composto pelo papel-moeda em Poder do PÚBLICO (PMPP) e pelos Depósitos à Vista (DV). O PMPP é o resultado da diferença entre o papel- moeda emitido pelo Banco Central do Brasil e as disponibilidades de "caixa" do sistema bancário.
M2	Engloba, além do M1, os depósitos para investimento e as emissões de alta liquidez realizadas primariamente no mercado interno por instituições depositárias - as que realizam multiplicação de crédito.
M3	Inclui o M2 mais as captações internas por intermédio dos fundos de renda fixa e a posição líquida de títulos registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), decorrente de financiamento em operações compromissadas
M4	Engloba o M3 e os títulos Públicos de alta liquidez.

Existem duas fontes criadoras de “moeda”: o governo ou autoridade monetária e os bancos comerciais – ou, mais especificamente, as instituições que recebem depósitos. O governo é responsável pela “emissão primária” dos instrumentos financeiros que são utilizados pelo PÚBLICO. Já os bancos comerciais “criam moeda” sempre que transformam os “depósitos” em “empréstimos” (crédito).

O Banco Central é o responsável pela oferta de moeda, mas os bancos comerciais também podem criar ou destruir moeda. Há criação de moeda quando se altera o M1, como por exemplo: um banco comercial compra os dólares dos exportadores, creditando esses recursos em Reais na conta daqueles. Alternativamente, ao emprestar recursos para pessoas físicas e jurídicas, através, por exemplo, de um limite de crédito na própria conta corrente dos seus clientes, os bancos comerciais estão criando moeda. Quando há saque de um cheque não se cria nem se destrói moeda, pois há apenas transferência de um tipo de M1 para outro. O mesmo ocorre quando se faz um depósito à vista num banco comercial.

MÓDULO 2 – Política Econômica

CAPÍTULO 1 - Introdução

Com o objetivo de permitir à economia operar a pleno emprego, com baixas taxas de inflação e distribuição justa de renda os governos se utilizam de políticas macroeconômicas, como as políticas fiscal, monetária e cambial, que envolvem a ação sobre a capacidade produtiva (produção agregada) e despesas planejadas (demanda agregada).

CAPÍTULO 2 - Política Monetária

A Política Monetária se refere à atuação do governo sobre a quantidade de moeda, de crédito e das taxas de juros. Os instrumentos disponíveis para tal são:

I. Emissões de moeda

A emissão de moeda pode implicar na maior disponibilidade de dinheiro em circulação na economia. Se tal fato se observa, os agentes terão em mãos uma quantidade de dinheiro maior para comprar os bens e serviços que demandam. A elevação do nível de demanda das famílias pressiona a oferta, de forma que esta tem que se elevar para acompanhar o crescimento da demanda. Os empresários, portanto, tem que produzir mais e, para isso, utilizam a capacidade ociosa da firma, se houver. Uma vez utilizada à capacidade ociosa, caso a demanda ainda não tenha sido alcançada, serão realizados novos investimentos (compra de máquinas, aumento da planta etc.) e serão contratados novos trabalhadores. Além disso, a maior oferta de dinheiro ocasionará a queda de seu preço, uma vez que o dinheiro funciona como qualquer outra mercadoria (quanto maior a oferta menor o preço). Logo, haverá a diminuição da taxa de juros.

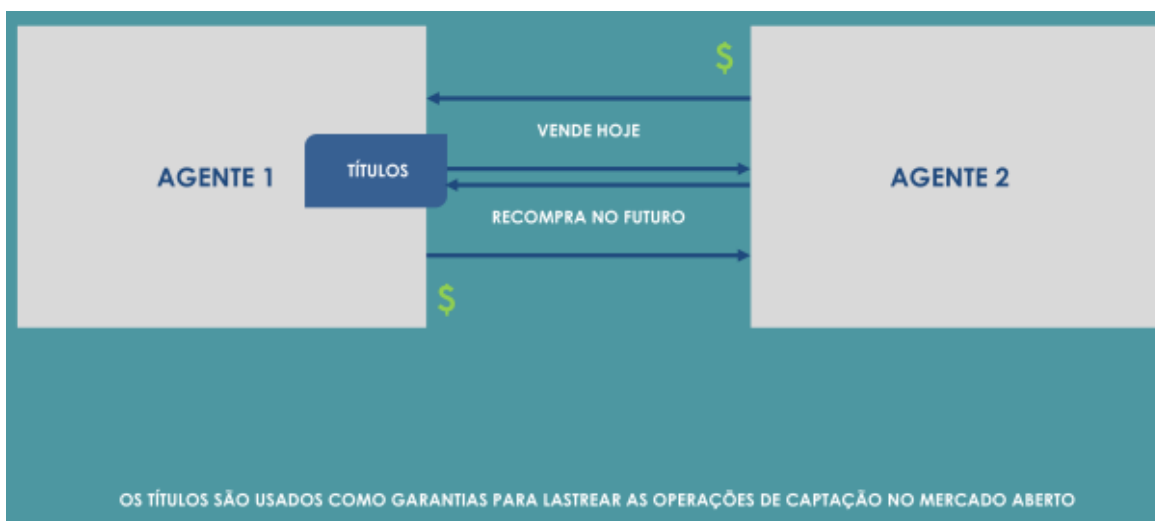
II. Reservas compulsórias (percentual sobre os depósitos que os bancos comerciais devem reter junto ao Banco Central);

De cada depósito que é feito nos bancos comerciais, parte dos recursos é obrigatoriamente retida pelo Banco Central. Esses recursos que ficam com o BACEN são denominados depósito compulsório. Imaginemos que a taxa de redesconto em um dado momento é de 50%. Imagine que um determinado agente faça um depósito de \$1000. Caso não houvesse essa taxa, o banco poderia emprestar para outro agente esses \$1000. Mas como a taxa de compulsório é de 50%, \$500 serão recolhidos pelo Banco Central, de forma que apenas \$500 restarão nos cofres do banco comercial para a realização de novos empréstimos. Assim, a elevação da taxa de compulsório reduz a criação de moeda escritural por parte dos bancos comerciais.

III. *Open market* (compra e venda de títulos Públicos);

Caso o Banco Central constate excesso ou falta de meios de pagamento na economia ele pode lançar mão de mecanismos de mercado aberto, negociando títulos do Tesouro Nacional. Caso haja excesso de liquidez na economia, ele pode lançar esses títulos no mercado com o intuito de reter parte da liquidez em poder dos agentes e dos bancos. Caso ocorra falta de liquidez, o

BACEN pode resgatar esses títulos, o que coloca novamente o dinheiro em circulação na economia.



IV. Redescontos (empréstimos do Banco Central aos bancos comerciais);

O Banco Central atua como banco dos bancos comerciais. O redesconto é uma taxa punitiva cobrada pelo BACEN aos bancos no caso de apresentarem problemas de liquidez e necessitarem de empréstimos junto ao BACEN. Quanto maior o redesconto, maior será a prudência do banco ao realizar suas operações, reduzindo o incentivo a emprestar por parte dos bancos comerciais.

V. Regulamentação sobre crédito e taxa de juros.

A taxa de juros pode ser compreendida como preço do dinheiro. Uma elevação na taxa de juros, portanto, pode ser interpretada como uma elevação no preço do dinheiro. Essa elevação faz com que os agentes se sintam desestimulados a pegar empréstimos junto aos bancos, pois o valor final que será pago por este se eleva, o que acaba por diminuir a demanda da economia. Além disso, a elevação da taxa de juros torna o mercado financeiro mais atrativo, de modo que parte do dinheiro antes em circulação migra para estes mercados.

Além disso, o BACEN pode promover linhas de crédito seletivas, de forma a beneficiar grupos de agentes com facilidades de crédito. Um exemplo são os empréstimos consignados em folha de pagamento e alguns programas de financiamento de imóveis, que possuem taxas de juros menores que as praticadas no mercado.

Através destes instrumentos o governo, em especial por meio do Banco Central, controla o volume dos meios de pagamento e, conseqüentemente, a liquidez do país. O controle dos meios de pagamento pode ter, pelo menos, duas diferentes funções: a primeira é garantir a estabilidade do nível de preços; a segunda é intervir no nível de atividade da economia, ou seja, O BACEN pode optar por exercer um papel ativo dentro do sistema econômico.

Os meios de pagamento se referem ao volume da oferta de moeda em circulação na economia (excluídos os montantes mantidos em caixa pelas autoridades monetárias e pelos bancos comerciais) mais a moeda escritural (depósitos à vista do Público nos bancos).

CAPÍTULO 3 - Política Fiscal

A Política Fiscal consiste em todos os instrumentos de que o governo dispõe para a arrecadação de tributos (política tributária) e controle de suas despesas (política de gastos). As despesas do Governo derivam da prestação de serviços e/ou da produção de bens pelo setor PÚBLICO, tais como o pagamento de salários de funcionários PÚBLICOS, obras, aposentadorias, etc. Atualmente, o pagamento de juros é a parcela mais significativa dentre os gastos do governo federal no Brasil. As receitas resultam de diversos mecanismos, tais como da arrecadação de impostos e contribuições, venda de títulos PÚBLICOS e receitas das empresas estatais.

- O aumento dos gastos PÚBLICOS (e/ou a diminuição dos tributos) estimula o aumento da produção das firmas por duas vias: diretamente, quando o setor PÚBLICO compra bens e serviços das empresas e famílias; indiretamente, quando as famílias, de posse de uma renda maior, elevam sua demanda por bens de consumo, e, portanto, as vendas das que atuam neste setor. Esse tipo de política fiscal é conhecido como expansionista.

Se o objetivo da política for redução da inflação, as medidas fiscais normalmente utilizadas são a diminuição de gastos PÚBLICOS e/ou o aumento da carga tributária (o que inibe o consumo e o investimento), ou seja, visam diminuir os gastos da coletividade. Se o objetivo for maior crescimento e emprego, as medidas fiscais seriam no sentido inverso, para elevar a demanda agregada, este tipo de política fiscal é conhecido como contracionista.

Ao longo do século XX, na maioria dos países, o setor PÚBLICO aumentou sua participação na atividade econômica, o que o fez incorrer em custosos déficits. Isso implica em necessidades crescentes de financiamento. Para atender a essas necessidades, pode-se contar com três procedimentos:

- I. Ainda que os impostos pareçam uma forma natural de se financiar os gastos PÚBLICOS, eles apresentam uma série de limitações, já que, seria uma medida impopular aumentar os impostos, e, em período de recessão, o aumento de impostos iria agravar ainda mais a situação (pois inibiria a produção privada, por exemplo).
- II. Outra forma para tentar enfrentar o déficit PÚBLICO consiste na emissão de moeda (criação de dinheiro). Este procedimento, entretanto, implicaria em um grande aumento da pressão inflacionária.
- III. A terceira possibilidade para financiar os gastos PÚBLICOS consiste em emissão de títulos da dívida PÚBLICA. Essa decisão, no entanto, reduz a quantidade de dinheiro no mercado que poderia ser destinada aos investimentos privados, tendendo a aumentar a taxa de juros: os fundos financeiros são limitados e a emissão de títulos da dívida PÚBLICA pode reduzir as possibilidades de financiamento da iniciativa privada.

As políticas monetária e fiscal representam meios alternativos diferentes para as mesmas finalidades. A política econômica deve ser executada mediante uma combinação adequada de instrumentos fiscais e monetários.

Pode-se dizer que a política fiscal apresenta maior eficácia quando o objetivo é a melhoria da distribuição de renda, o que pode ser obtido através da taxação das rendas mais altas e do aumento dos gastos do governo com destinação a setores menos favorecidos. A política monetária é mais difusa e genérica, no aspecto distributivo.

Uma vantagem frequentemente apontada da política monetária sobre a fiscal é que a primeira tem efeitos imediatos, dado que depende apenas de decisões diretas das autoridades monetárias, enquanto a implementação de políticas fiscais depende de votação do Congresso, o que aumenta a defasagem entre a tomada de decisão e a implementação das medidas fiscais. Ademais, as políticas fiscais só podem ser efetivadas no próximo exercício fiscal (ou seja, no ano seguinte a sua aprovação legal), conforme o chamado princípio da anterioridade ou anualidade.

CAPÍTULO 4 - Política Cambial

O mercado de câmbio (divisas) é formado pelos diversos agentes econômicos que compram e vendem moeda estrangeira, conforme suas necessidades. Empresas que vendem mercadorias ou ações no exterior estão aumentando a oferta de moeda estrangeira, em particular o Dólar, pois sua receita ocorre em moeda estrangeira. Empresas que compram bens ou ações do exterior estão demandando moeda estrangeira (Dólar), pois seus gastos ocorrem em dólares. Neste sentido, o preço da moeda estrangeira em relação à moeda nacional é determinado neste mercado. Este preço é chamado de taxa de câmbio (R\$/US\$).

A Política Cambial atua sobre o setor externo da economia e diz respeito à ação do governo sobre a taxa de câmbio. O governo fixa ou permite que a taxa de câmbio seja flexível, através do Banco Central. Nesse mercado cambial temos a forte influência de regras por leis estabelecidas pelas autoridades monetárias e que ampliam ou restringem o acesso à utilização de políticas cambiais e fazem com que as taxas de câmbio sejam mais ou menos afetadas pelas flutuações na oferta e demanda por divisas.

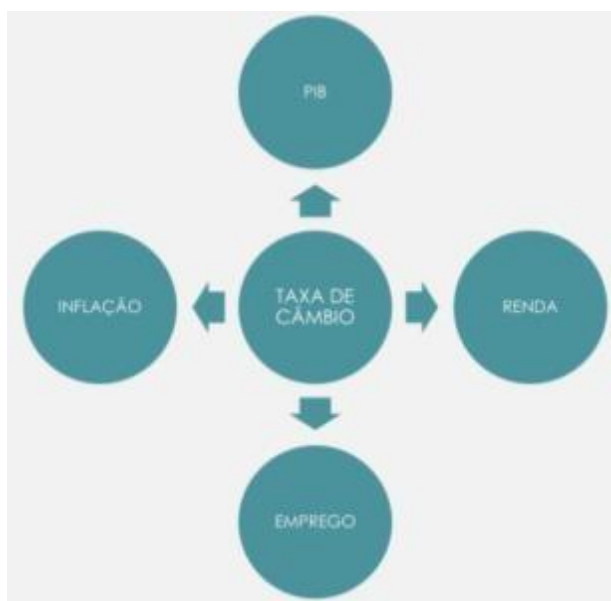
- I. Regime de câmbio flutuante: nesse caso, não há intervenção do Banco Central no mercado. O preço da moeda estrangeira, ou a taxa de câmbio, é determinado exclusivamente pela interação entre oferta e demanda. O BACEN não compra e não vende dólares. Esse procedimento é adotado nos principais países desenvolvidos. Após a desvalorização do Real frente ao Dólar em 1999, o país adotou um regime híbrido de câmbio, que mais se aproxima do câmbio flutuante.
- II. Regime de câmbio fixo: este regime representa um caso extremo de controle do mercado. O Banco Central deve estar constantemente regulando o mercado. Caso haja um excesso de procura/demanda por dólares, este deve vender dólares ao mercado para que o câmbio não se desvalorize. Caso ocorra um excesso de oferta de dólares no mercado, o Banco Central deve comprar o excesso para que o câmbio não se valorize. A Argentina adotou esse regime durante a década de 1990. Alguns países da América Latina, tais como, Equador e Uruguai, também adotam ou

adotaram esse sistema. Eles buscavam uma alternativa para controlar o nível de preços internos, fortalecendo a moeda nacional, pois esta estava fixada a uma taxa determinada de câmbio. Controlar o mercado de câmbio exige do Banco Central certo nível de reservas internacionais (cambiais). Se esse regime sofrer uma fuga significativa de capitais (dólares), o BACEN ira perder muitas reservas e conseqüentemente pode desvalorizar a moeda local.

- III. Formas híbridas de câmbio: são maneiras de atuar sobre o câmbio; uma mistura entre o câmbio fixo e o câmbio livre ou flutuante. Existem inúmeras maneiras intermediárias entre o câmbio fixo e o câmbio livre de se atuar sobre o câmbio. Este texto se concentra em duas delas, pelo fato destas terem sido utilizadas na economia brasileira desde o período de 1994 até 2002. Regime de Bandas Cambiais e *Dirty Float* (flutuação suja).

A taxa de câmbio é um preço especial no sistema econômico, por três motivos principais: (i) sua determinação se dá na esfera macroeconômica, não sendo o resultado do que está acontecendo em somente um setor da economia, mas sim no conjunto dos setores, e pela interação de muitos agentes econômicos com distintas estratégias; (ii) Por ser um preço macroeconômico, suas variações afetam vários outros preços na economia e, assim, condicionam o comportamento de agentes econômicos e/ou setores que, inicialmente, não estão diretamente envolvidos com o comércio ou as finanças internacionais; e (iii) pelos motivos anteriores, a taxa de câmbio é um preço acompanhado de perto pelas autoridades econômicas que, em muitos casos, intervêm nos mercados, mesmo em regimes cambiais que formalmente são de “livre flutuação”.

De forma sintética, a taxa de câmbio afeta a vida cotidiana de todos os agentes econômicos. Tal interferência é tão maior, quanto mais elevado o grau de abertura comercial e financeira de um país. Devido a isso, os governos, através de políticas cambiais e de regulação dos fluxos financeiros, procuram interferir na taxa de câmbio, ou se utilizam dos demais instrumentos para tentar afetar outras variáveis macroeconômicas, como a inflação ou o ritmo de crescimento da renda e do emprego.



CAPÍTULO 5 – Política de rendas

Bem menos mencionada na literatura econômica, mas não menos importante, a chamada política de rendas trata da distribuição de renda e redução da desigualdade, sendo também um tipo de política econômica, ao lado das políticas monetária, cambial e fiscal. O exercício da política de rendas normalmente é executado a partir do controle da remuneração dos fatores diretos de produção (salários, aluguéis, lucros, dividendos e preços de bens e serviços)

No setor agrícola, existe a política de preços mínimos, que visa garantir preços ao produtor agrícola, com o objetivo de protegê-lo das flutuações do mercado, ou seja, de uma possível queda acentuada dos preços e da renda agrícola. Se no momento da colheita os preços de mercado para um determinado produto forem superiores ao preço mínimo, o agricultor vende o seu produto no mercado. Mas se o preço mínimo for superior ao preço do mercado, ficará a cargo do governo determinar se o produtor venderá a produção a ele pelo preço mínimo, ou se o agricultor venderá o seu produto no mercado, ficando a cargo do governo cobrir a diferença de valor apurada entre o valor do produto vendido e o preço mínimo. O primeiro caso convencionou-se chamar de “Política de Compras”, enquanto o segundo faz parte de uma “Política de Subsídios”.



MÓDULO 3 - Principais indicadores econômicos

CAPÍTULO 1 - Principais indicadores econômicos

Existem dezenas de indicadores econômicos, com diversas finalidades e diversos significados. Neste módulo, vamos falar dos principais indicadores econômicos, e faremos uma tentativa de incluir esses indicadores em 5 categorias: nível de atividade, preços, balanço de pagamentos, juros e setor PÚBLICO.

- **Nível de atividade:** esses indicadores têm por função medir a produção, a renda, o desemprego e outras variáveis que evidenciam os resultados da política fiscal de determinado país ou região em um dado período. Esses resultados são utilizados como base para determinar o sucesso das políticas implementadas e, eventualmente, dar subsídio para redirecionamentos. Entre os índices de nível de atividade, podemos encontrar o produto interno bruto (PIB), o produto nacional bruto (PNB) e os índices de desemprego.
- **Preços:** os índices de nível de preços, também chamados de índices de inflação, resultam principalmente da política monetária de um país ou região, e evidenciam a deterioração, melhora ou manutenção do poder aquisitivo da moeda. Os cálculos são efetuados como uma média da variação dos preços pesquisados para uma cesta de produtos, ponderada pelas quantidades produzidas, consumidas ou comercializada dos bens, partindo de variáveis primárias obtidas nas pesquisas de orçamentos familiares ou até de matrizes de relações entre setores da economia. Existem diversos tipos de indicadores de inflação, como os índices de gerais de preços no atacado, no varejo e na construção.
- **Balanço de pagamentos:** os indicadores que classificamos aqui como “balanço de pagamentos”, resultam principalmente da política cambial de um país ou região, e evidenciam o nível de exportações, importações, saldo da balança comercial, saldo em transações correntes e dívida externa, por exemplo.
- **Juros:** Os índices de juros resultam das políticas monetária e fiscal de um país ou região, e apesar de serem concebidos para criar liquidez aos títulos governamentais, como seu risco de crédito normalmente é mais baixo que o risco do setor privado, e também devido à sua alta liquidez, essas taxas de juros acabam servindo como parâmetro inferior (piso) para os juros praticados em toda a economia.
- **Setor PÚBLICO:** os indicadores classificados nessa categoria podem decorrer das políticas monetária, fiscal e cambial de um país ou região. Podemos classificar aqui os painéis de informações sobre a dívida PÚBLICA, o índice de desenvolvimento humano e a *renda per capita*, por exemplo.

MÓDULO 4 - Produto Interno Bruto (PIB)

CAPÍTULO 1 - DEFINIÇÕES

Até a crise de 1929, não existiam muitas medidas confiáveis sobre o desempenho de uma economia. Foi nessa época que foram desenvolvidas as contas nacionais, entre as quais, o PIB se destacou, e até hoje esta medida é bastante utilizada.

O Produto Interno Bruto (PIB) é um indicador de atividade econômica de uma região, seja ela uma cidade, um estado, um país ou mesmo um grupo de nações. Sua medida é feita a partir da soma do valor dos bens e serviços finais produzidos em uma região durante um período determinado, a preços de mercado.

Transações envolvendo a mera transferência de bens usados, produzidos em períodos anteriores, não entram no cálculo do PIB corrente. As operações com ativos financeiros também não são contabilizadas no PIB.

O índice só considera os bens e serviços finais, evitando a dupla contagem de itens que também farão parte de outros produtos. Por exemplo, a matéria-prima usada na fabricação de um bem não é levada em conta. No caso de um pão, a farinha de trigo usada não entra na contabilidade, pois seu valor já está inserido no valor do pãozinho. Esse esforço tem por objetivo medir apenas o valor adicionado por cada empresa ou setor na cadeia de produção, e de obter apenas o valor adicionado à produção daquele país.

No entanto, dois tipos de bens usados no processo de produção são contabilizados no PIB: Os bens de capital produzidos no período corrente e os investimentos em estoques. Como os bens de capital são utilizados na produção de outros bens, em períodos subsequentes, a parcela referente à depreciação desses bens é subtraída do produto final para construir uma medida de produto líquido. No caso dos investimentos em estoques, a variação líquida no estoque de matéria-prima, produtos em processo e produtos acabados faz parte da conta por ser produção corrente, mas é preciso notar que essa variação nos estoques também pode ser negativa.

Normalmente, encontramos duas denominações para o Produto Interno Bruto: PIB real e PIB nominal. O PIB nominal é calculado levando-se em conta os preços do ano corrente, ou seja, se houver inflação no período, ela deve afetar o resultado final. Assim, uma mesma produção física pode corresponder a PIBs diferentes em datas distintas. Já o PIB real é medido com o preço fixado a partir de um ano de referência, tirando-se desse cálculo o efeito da inflação, logo, o PIB real representa a produção em termos de quantidade, sem efeito dos preços.

A responsabilidade pelo cálculo do PIB no Brasil é do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo que as informações são obtidas em estudo de campo, por meio de questionários. As grandes empresas, como a Ambev, a Petrobras e a Vale, por exemplo, estão sempre incluídas no levantamento. O universo das médias e pequenas é abordado por amostragem, e os resultados obtidos são extrapolados para o conjunto da economia.

CAPÍTULO 2 - Variáveis que impactam no PIB

O primeiro fator que influencia diretamente a variação do PIB é o consumo da população. Quanto mais as pessoas gastam, mais o PIB cresce. Se o consumo é menor, o PIB cai.

O consumo depende dos salários e dos juros. Se as pessoas ganham mais e pagam menos juros nas prestações, o consumo é maior e o PIB cresce. Com salário baixo e juro alto, o gasto pessoal cai e o PIB também. Por isso os juros altos atrapalham o crescimento do país.

Os investimentos das empresas também influenciam no PIB. Se as empresas crescem, compram máquinas, expandem atividades, contratam trabalhadores, elas movimentam a economia. Os juros altos também atrapalham aqui: os empresários não gastam tanto se tiverem de pagar muito pelos empréstimos para investir.

Os gastos do governo são outro fator que impulsiona o PIB. Por exemplo, quando o governo faz obras, como a construção de uma estrada, são contratados operários e é gasto material de construção, o que ele eleva a produção geral da economia.

As exportações também fazem o PIB crescer, pois mais dinheiro entra no país que é gasto em investimentos e consumo. Por outro lado, as importações diminuem o PIB de um país, pois representam saídas de recursos para a aquisição de bens do exterior. A diferença entre as exportações e as importações é conhecida como exportação líquida.

CAPÍTULO 3 - Cálculo do PIB

De forma resumida, o PIB pode ser calculado da seguinte forma:

$$\begin{aligned} \text{PIB} &= \text{Consumo das Famílias} + \text{Gastos do Governo} \\ &+ \text{Investimentos das Empresas} + \text{Exportações Líquidas} \end{aligned}$$

Esta forma de calcular o PIB é chamada de ótica da despesa, no entanto, o produto de uma região, também pode ser calculado por meio da ótica da produção ou pela ótica da renda.

Diferentes abordagens de mensuração do PIB

Existem três óticas diferentes para mensurar o PIB; a ótica do produto; a ótica da renda e; a ótica do dispêndio.

(i) Pela **ótica da produção**, o PIB corresponde à soma dos valores agregados líquidos, ou seja, o valor da produção dos bens e serviços descontados os insumos utilizados, dos setores primário, secundário e terciário da economia, mais os impostos indiretos, mais a depreciação do capital, menos os subsídios governamentais.

(ii) Pela **ótica da renda**, o PIB é calculado a partir das remunerações pagas dentro do território econômico de um país, sob a forma de salários, juros, aluguéis e lucros distribuídos; somam-se a isso os lucros não distribuídos, os impostos indiretos e a depreciação do capital e, finalmente, subtraem-se os subsídios.

(iii) Pela **ótica do dispêndio**, resulta da soma dos gastos em consumo das unidades familiares e do governo, mais as variações de estoques, menos as importações de mercadorias e serviços e mais as exportações. Sob essa ótica, o PIB é também denominado Despesa Interna Bruta.

O cálculo do PIB pode ser realizado por meio das distintas óticas que, apesar de suas diferenças conceituais, devem gerar o mesmo montante como resultado, ou seja, existe uma identidade entre dispêndio \equiv renda \equiv produto.

MÓDULO 5 - Produto Nacional Bruto (PNB)

CAPÍTULO 1 - DEFINIÇÕES

Como explicado em outro tópico, o PIB é o valor agregado de tudo aquilo que é produzido em território nacional – por empresas nacionais ou estrangeiras, famílias e governo – em um determinado período. Nesse sentido, os bens e serviços finais considerados no cálculo do PIB não fazem distinção da nacionalidade dos proprietários das unidades produtoras. Tanto o que é produzido pelas empresas nacionais, quanto pelas multinacionais é considerado no produto **interno** bruto, ou seja, o PIB mede o total do valor adicionado produzido por firmas operando no Brasil, independente da origem do seu capital. Um outro conceito, chamado produto **nacional** bruto (PNB) considera o valor adicionado gerado por fatores de produção de propriedade de residentes, sejam estes, circunscritos ao território nacional ou não.

Ao introduzirmos as relações com o exterior, a primeira coisa que podemos observar é que uma parcela do fluxo de produção se dirige para o exterior. Pois, de um lado, nem todos os fatores de produção são fornecidos pelos proprietários que residem no país, e de outro, os proprietários de fatores que residem no país fornecem fatores para o resto do mundo.

CAPÍTULO 2 – Renda líquida recebida/ enviada

Deste modo, devemos introduzir novos conceitos: **Renda Líquida Recebida do Exterior (ou enviada para)**, que pode ser definida como o saldo entre as remessas de rendas dos fatores de produção localizados no país, mas de propriedade de residentes no exterior (juros e lucros, principalmente), e as entradas de rendas dos fatores de produção localizados no exterior, mas de propriedade de residentes no país (dividendos, lucros, juros, etc.). Se as remessas forem maiores do que as entradas, temos uma Renda Líquida **enviada** para Exterior, e se for menor Renda Líquida **recebida** do Exterior.

São exatamente esses conceitos de Renda Líquida Enviada para o Exterior ou Recebida do Exterior que nos permitem diferenciar entre agregados interno e nacional. De fato, podemos considerar o Produto, a Despesa e a Renda como ocorridos no país, isto é, interno, ou dos residentes no país, isto é, nacional.

MÓDULO 6 – Desemprego

CAPÍTULO 1 – Definição e medida de desemprego

Definir emprego não é tão difícil: uma pessoa está empregada somente se tem um emprego em tempo parcial ou integral, então, **emprego** é o NÚMERO total de pessoas correntemente empregadas.

Desemprego, no entanto, é um conceito muito mais sutil. Isso porque quando uma pessoa não está trabalhando, ela não será automaticamente considerada desempregada. Por exemplo, a maioria dos aposentados provavelmente está feliz por não estar mais trabalhando, e de outra forma, muitas pessoas podem estar incapacitadas para o trabalho, recebendo benefícios da previdência. Em geral, considera-se desempregado aquele que está sem emprego, procurando emprego e disponível para o trabalho. O aposentado normalmente não está procurando emprego, assim como um incapacitado não está disponível para o trabalho.

Assim, o **desemprego** é medido como o NÚMERO total de pessoas que estão ativamente procurando emprego, mas não estão desempregados.

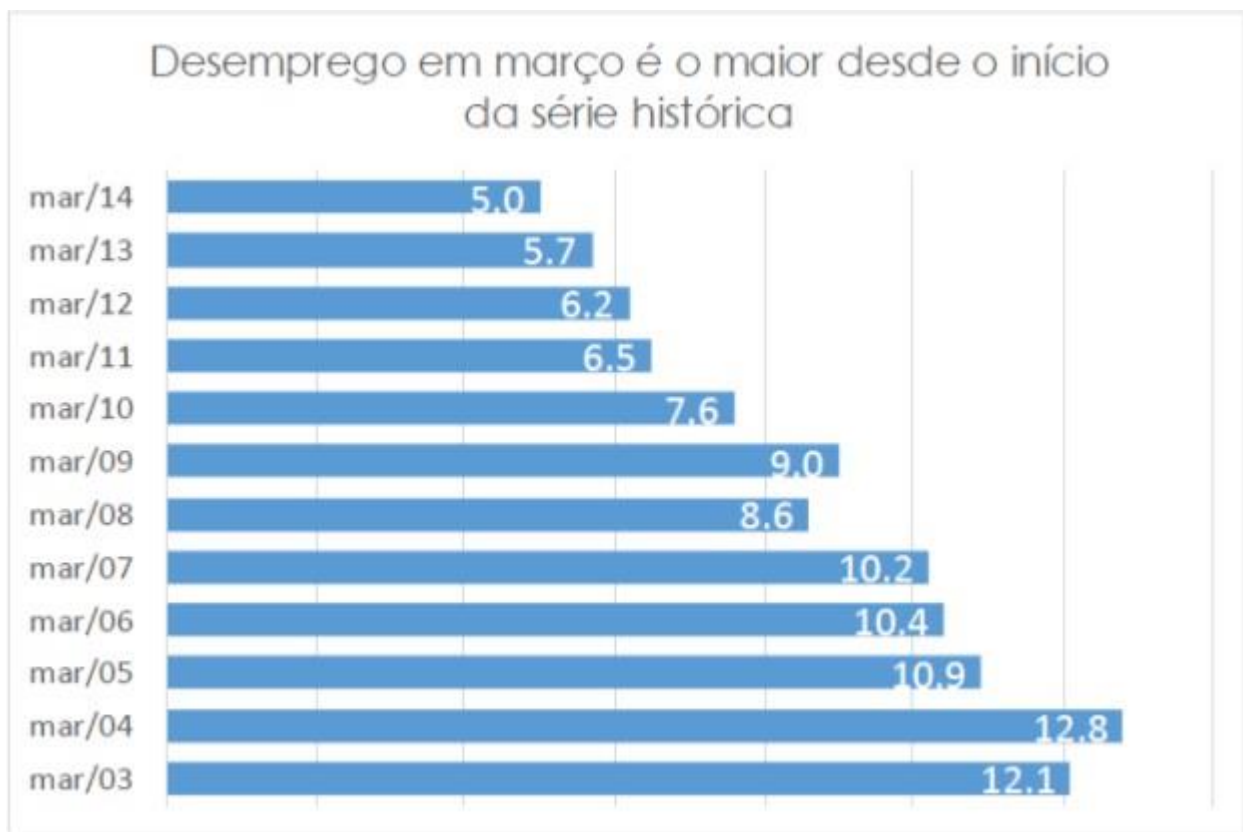
A **força de trabalho** de um país é a soma do emprego e do desemprego, ou seja, o NÚMERO de pessoas que estão trabalhando somado aos que estão procurando por trabalho. Já a participação na força de trabalho, definida como a parcela da população em idade de trabalhar que está na força de trabalho, é calculada da seguinte maneira:

$$\text{Taxa de participação na força de trabalho} = \frac{\text{Força de trabalho}}{\text{População com 16 anos ou mais}}$$

A **taxa de desemprego**, definida como a porcentagem do total de pessoas na força de trabalho que estão desempregadas, é calculada da seguinte maneira:

$$\text{Taxa de desemprego} = \frac{\text{Trabalhadores desempregados}}{\text{Força de trabalho}}$$

A taxa de desemprego normalmente é um bom indicador do quão fácil ou difícil é encontrar emprego dadas as condições correntes da economia. De 2003 até o ano de 2014, a taxa de desemprego veio caindo até chegar ao menor valor da série histórica. Em 2015, em decorrência de uma grave recessão, esse índice voltou a aumentar, atingindo 8,5%, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad).



É normal que uma pessoa procurando emprego leve pelo menos algumas semanas para encontrar um trabalho adequado. No entanto, um trabalhador que tem certeza de que vai encontrar um emprego, mas ainda não aceitou uma oferta, é contado como desempregado, o que significa que mesmo em épocas de expansão econômica, a taxa de desemprego não cai a zero.

Frequentemente, pessoas que gostariam de trabalhar mas não estão trabalhando não são contadas como desempregadas, em especial, um indivíduo que desistiu de procurar emprego por um tempo. Os indivíduos que querem trabalhar, mas que responderam no questionário oficial que não estão atualmente procurando emprego porque não veem perspectiva de encontrar um emprego dada a situação de mercado, são chamados de **trabalhadores desencorajados**, e não são contabilizados na taxa de desemprego.

Finalmente, existe uma categoria de trabalhadores frustrados em sua capacidade de encontrar emprego, mas que não são contados como desempregados: os **subempregados**, trabalhadores que gostariam de ter um emprego de tempo integral e com melhores condições de trabalho.

MÓDULO 7 – Inflação

CAPÍTULO 1 - Introdução

Os índices de inflação são usados para medir a variação dos preços e o impacto no custo de vida da população. No Brasil, a inflação é medida por meio de diversos índices, divulgados por várias instituições, tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE).

Entre as diferenças de método, estão os dias em que os índices são apurados, os produtos que incluem, o peso deles na composição geral e a faixa de população estudada.

Em linhas gerais, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), por exemplo, considerado a inflação oficial do país, é medido pelo IBGE entre os dias 1º e 30 de cada mês. Ele considera gastos como alimentação e bebidas; artigos de residência; comunicação; despesas pessoais; educação; habitação; SAÚDE e cuidados pessoais. O indicador reflete o custo de vida de famílias com renda mensal de 1 a 40 salários mínimos.

Outro índice de inflação é o IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), monitorado pela FGV. Ele registra a inflação de preços variados, desde matérias-primas agrícolas e industriais até bens e serviços finais. É muito usado na correção de aluguéis e tarifas PÚBLICAS, como conta de luz. Serve para todas as faixas de renda.

CAPÍTULO 2 - INPC

O INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) é medido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) desde setembro de 1979, e é obtido a partir dos Índices de Preços ao Consumidor regionais. O INPC tem como objetivo oferecer a variação dos preços no mercado varejista, mostrando, assim, o aumento do custo de vida da população.

Como o INPC mede uma faixa salarial mais baixa que o IPCA (até 6 salários mínimos, diante dos 40 salários mínimos do IPCA), a alteração de preços de serviços e produtos mais básicos é mais sentida neste índice. O peso do grupo alimentos (arroz, feijão, leite, frutas, refeições feitas em restaurantes, lanchonetes) é maior no INPC que no IPCA. Logo, uma variação nesse grupo tem um impacto maior no INPC.

Por exemplo, se a cesta básica passar de R\$ 100,00 para R\$ 150,00, uma família que tenha renda de um salário mínimo sentirá muito mais esse aumento que uma com renda de nove salários mínimos.

Além disso, o gás de cozinha (dentro do grupo habitação) e o preço das passagens de ônibus (dentro do grupo transporte) também têm maior peso no INPC. Já os aumentos ou quedas nos preços de automóveis e da gasolina têm maior peso no IPCA porque não são itens de consumo tão importante nas faixas de menor renda.

Como é calculado o INPC?

O período de coleta do INPC vai do dia 1º ao dia 30 ou 31, dependendo do mês. A pesquisa é realizada em estabelecimentos comerciais, prestadores de serviços, domicílios (para verificar valores de aluguel) e concessionárias de serviços PÚBLICOS. Os preços obtidos são os efetivamente cobrados ao consumidor, para pagamento à vista.

São considerados nove grupos de produtos e serviços: alimentação e bebidas; artigos de residência; comunicação; despesas pessoais; educação; habitação; SAÚDE e cuidados pessoais; transportes e vestuário. Eles são subdivididos em outros itens.

O INPC mede a inflação para que parcela da população?

Abrange famílias com rendimentos mensais entre 1 e 6 salários mínimos, residentes nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém, além do Distrito Federal e do município de Goiânia.

Em que tipo de contratos é usado o INPC?

O índice é utilizado para negociação de reajustes salariais.

CAPÍTULO 3 - IPCA

O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), medido mensalmente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), foi criado com o objetivo de oferecer a variação dos preços no comércio para o PÚBLICO final. O IPCA é considerado o índice oficial de inflação do país.

Como é calculado o IPCA?

O período de coleta do IPCA vai do dia 1º ao dia 30 ou 31, dependendo do mês. A pesquisa é realizada em estabelecimentos comerciais, prestadores de serviços, domicílios (para verificar valores de aluguel) e concessionárias de serviços PÚBLICOS. Os preços obtidos são os efetivamente cobrados ao consumidor, para pagamento à vista.

São considerados nove grupos de produtos e serviços: alimentação e bebidas; artigos de residência; comunicação; despesas pessoais; educação; habitação; SAÚDE e cuidados pessoais; transportes e vestuário. Eles são subdivididos em outros itens.

O IPCA mede a inflação para que parcela da população?

O indicador reflete o custo de vida de famílias com renda mensal de 1 a 40 salários mínimos, residentes nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém, além do Distrito Federal e do município de Goiânia.

Em que tipo de contratos normalmente é usado o IPCA?

É utilizado pelo Banco Central como medidor oficial da inflação do país. O governo usa o IPCA como referência para verificar se a meta estabelecida para a inflação está sendo cumprida.

CAPÍTULO 4 - IGP

O Índice Geral de Preços (IGP), medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), registra a inflação de preços desde matérias-primas agrícolas e industriais até bens e serviços finais. O IGP é formado pela média de três outros índices: IPA (Índice de Preços por Atacado); IPC (Índice de Preços ao Consumidor); e INCC (Índice Nacional de Custos da Construção), sendo esse último com peso menor.

O IGP é divulgado em diferentes versões, como o IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna), o IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) e o IGP-10 (Índice Geral de Preços 10).

O IGP-DI faz medições no mês cheio, ou seja, do dia 1º ao dia 30 ou 31 de cada mês. No IGP-M, o período vai do dia 21 do mês anterior ao dia 20 do mês atual. O IGP-10 mede a evolução de preços no período compreendido entre o dia 11 do mês passado e o dia 10 do mês corrente.

Como é calculado o IGP?

Os IGPs são compostos pelos índices IPA; IPC e INCC.

- Os dados do IPA são pesquisados nas capitais onde haja indústrias.
- O IPC é o cálculo da variação de preços de produtos e serviços. A pesquisa é realizada em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife e Brasília. Esse índice é formado por oito grupos: habitação (com itens como empregada doméstica e material de limpeza), alimentação, transportes, SAÚDE e cuidados pessoais (remédios, planos de SAÚDE e sabonete entre outros), educação, leitura e recreação, vestuário e despesas diversas (itens como cartório, loteria e mensalidade de Internet).
- Os dados do INCC apresentam relatórios da construção civil. As medições são feitas nas capitais São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Belo Horizonte, Porto Alegre, Florianópolis, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Brasília e Goiânia. Esse índice contém três grupos: materiais (azulejos, pisos e louças), serviços (aluguéis) e mão-de-obra (pedreiros).

O IGP mede a inflação para que parcela da população?

Abrange toda a população, sem restrição de nível de renda.

Em que tipo de contratos normalmente é usado o IGP?

Reajustes de tarifas PÚBLICAS, contratos de aluguel e planos e seguros de SAÚDE (nos contratos mais antigos).

CAPÍTULO 5 - IGP-M

O IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) é uma das versões do Índice Geral de Preços (IGP). É medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e registra a inflação de preços desde matérias-primas agrícolas e industriais até bens e serviços finais.

Como é calculado o IGP-M?

Esse índice é formado pelo IPA-M (Índice de Preços por Atacado - Mercado), IPC-M (Índice de Preços ao Consumidor - Mercado) e INCC-M (Índice Nacional do Custo da Construção - Mercado).

Esses indicadores medem itens como bens de consumo (um exemplo é alimentação) e bens de produção (matérias-primas, materiais de construção, entre outros). Entram, além de outros componentes, os preços de legumes e frutas, bebidas e fumo, remédios, embalagens, aluguel, condomínio, empregada doméstica, transportes, educação, leitura e recreação, vestuário e despesas diversas (cartório, loteria, correio, mensalidade de Internet e cigarro, entre outros).

O IGP-M mede a inflação para que parcela da população?

Abrange toda a população, sem restrição de nível de renda.

Em que tipos de contratos é usado o IGP-M?

Contratos de aluguel, reajustes de tarifas PÚBLICAS e planos e seguros de SAÚDE (nos contratos mais antigos).

CAPÍTULO 6 - IPC – FIPE

O IPC-Fipe (Índice de Preços ao Consumidor, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) começou a ser calculado em janeiro de 1939 pela Divisão de Estatística e Documentação da Prefeitura de São Paulo, com o nome de Índice Ponderado do Custo de Vida da Classe Operária na cidade de São Paulo. Em 1968, a responsabilidade do cálculo passou para o Instituto de Pesquisas Econômicas da USP e, posteriormente, em 1973, para a FIPE, fundação ligada aos professores do Departamento de Economia da FEA-USP. O nome atual do índice foi adotado em 1972. Ele mede a inflação na cidade de São Paulo.

Como é calculado o IPC-Fipe?

O IPC-FIPE é calculado medindo-se o mês cheio, de 1 a 30 ou 31, e de maneira quadrissemanal. O sistema de cálculo da variação quadrissemanal do IPC-Fipe abrange um período de oito semanas de coleta. Em cada quadrissemana, as variações são obtidas dividindo-se os preços médios das quatro últimas semanas (referência) pelos preços médios das quatro semanas anteriores a elas (base).

São consideradas as variações de preços de produtos e serviços definidos por uma Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), que indica o que cada família

gasta em média e quais itens são de maior relevância. Além disso, uma POF também tem como finalidade incorporar produtos e serviços novos.

Sete grupos de análise são utilizados pela Fipe (listados em ordem decrescente de peso nos cálculos): habitação, alimentação, transportes, despesas pessoais (itens como fumo, bebidas, recreação e artigos de higiene e beleza), SAÚDE, vestuário e educação.

O IPC-Fipe mede a inflação para que parcela da população?

O indicador reflete o custo de vida de famílias com renda mensal de 1 a 20 salários mínimos, residentes na cidade de São Paulo.

Em que tipos de contratos é usado o IPC-Fipe?

O IPC-Fipe é utilizado como indexador informal para contratos da Prefeitura de São Paulo.

MÓDULO 8 - Balanço de Pagamentos

CAPÍTULO 1 – Introdução

Os países não são estruturas isoladas, e mesmo os mais fechados mantêm uma série de relações econômicas com outros países, envolvendo trocas de mercadorias, fatores de produção e ativos financeiros. A intensificação destas relações deu origem a um processo denominado globalização econômica, em que as economias dos diferentes países estão mais inter-relacionadas do que nunca. Dessa forma, a análise do comércio internacional de bens e serviços e dos fluxos monetários internacionais se tornou uma atitude fundamental tanto da estratégia econômica como da política econômica nacional.

O balanço de pagamentos é o registro contábil de todas as transações econômicas entre um país e o resto do mundo durante um determinado intervalo de tempo. O balanço de pagamentos é um importante instrumento de análise econômica, pois ele permite acompanhar a evolução do fluxo de recursos materiais e financeiros entre os agentes residentes² e não residentes em uma determinada economia.

CAPÍTULO 2 – Estrutura do balanço de pagamentos

A estrutura básica do balanço de pagamentos pode ser resumida em seis contas, sendo três delas analíticas:

1. A **conta transações correntes**, que registra o comércio de bens e serviços, os pagamentos e recebimentos de rendas de capital e trabalho, e as transferências unilaterais de renda entre o país e o resto do mundo. É formada pelas subcontas: balança comercial, balança de serviços, balança de rendas e, transferências unilaterais de renda.
2. A **conta capital**, que registra as transferências unilaterais de ativos reais, ativos financeiros ou ativos intangíveis entre residentes e não residentes. A principal diferença em relação às transferências unilaterais registradas na conta corrente é que as transferências de capital envolvem direitos de propriedade sobre ativos ao invés de renda.
3. A **conta financeira**, que registra todos os tipos de fluxos de capitais entre o país e o resto do mundo. Normalmente, está organizada em quatro subcontas: investimento direto, investimentos em carteira, derivativos e outros investimentos.

²Residentes de um país todas as pessoas físicas ou jurídicas que têm nele sua residência fixa ou seu centro de negócios.

Na ausência de **erros e omissões** a soma destas três contas é igual ao saldo do balanço de pagamentos, isto é, à variação das reservas internacionais da autoridade monetária do país decorrente de transações com o resto do mundo. Na prática nem todas as transações são registradas formalmente. Nesse caso, há a necessidade da **conta de erros e omissões**, que corresponde exatamente às transações que não foram registradas pela autoridade monetária, mas que acarretaram uma variação das reservas internacionais do país. A quinta conta do balanço de pagamentos é simplesmente o saldo do balanço de pagamentos, isto é, a soma dos saldos das contas corrente, capital e financeira com a conta de erros e omissões.

Por fim, para “zerar” o sistema, introduz-se uma sexta conta, a chamada conta de **haveres da autoridade monetária**, na qual um saldo negativo representa um aumento nas reservas internacionais do país, e um saldo positivo uma queda nas reservas internacionais. Assim, o saldo dessa conta nada mais é do que o inverso do saldo do balanço de pagamentos.

Balanço de pagamentos sintético

1. Conta Transações Correntes
2. Conta Capital
3. Conta Financeira
4. Erros e omissões
5. Saldo do Balanço de pagamentos (1+2+3+4)
6. Haveres da autoridade monetária (-5)

Quando o resultado de determinada conta é negativo, significa que houve maior saída de recursos naquela rubrica contábil em específico, sendo que resultados positivos acusam conseqüentemente, entrada maior de recursos. Por exemplo, um saldo positivo nas transações correntes indica a possibilidade de cumprimento dos compromissos com o exterior. (poupança externa negativa). Um saldo negativo nas transações correntes indica a necessidade de capitação de poupança externa.

Por fim, um resultado positivo do Balanço de Pagamentos equivale a um aumento das reservas internacionais, ou seja, um aumento dos dólares que entram em determinado país. Há a necessidade de se trocar estes dólares por reais nos bancos, para fazer uso dos mesmos; os reais são injetados na economia e os dólares são retidos no Banco Central.

Desajustes sistemáticos no balanço de pagamentos, sem perspectiva de reversão a longo prazo, tendem a deteriorar a posição do país no cenário econômico internacional. Dessa forma, os governos são obrigados a utilizarem políticas de ajuste do balanço de pagamentos, que envolvem políticas econômicas para ampliar a entrada de moeda estrangeira e/ou diminuir a saída de recursos para o exterior.

MÓDULO 9 - Dólar, variação cambial e PTAX

CAPÍTULO 1 - Curso forçado da moeda nacional

De acordo com o Decreto Lei 857/69, são nulos de pleno direito os contratos, títulos e quaisquer documentos, bem como as obrigações que, exequíveis no Brasil, estipulem pagamento em ouro, em moeda estrangeira, ou, por alguma forma, restrinjam ou recusem, nos seus efeitos, o curso legal do Real.

Em nível internacional, entretanto, não há aplicabilidade para o curso forçado da moeda de algum país específico, visto que um país pode não aceitar determinada moeda de outro com o qual esteja realizando operações de comércio exterior e de finanças internacionais.

Diante disso, a tendência é que as operações internacionais sejam lastreadas em moedas fortes, estáveis do ponto de vista monetário, moedas, via de regra, representativas de países com estabilidade socioeconômica, significativo crescimento industrial, renda *per capita* relevante e reconhecida participação e influência no comércio mundial.

Então, quando a abordagem de moeda foca a questão de lastro para transações externas, faz-se necessário entender que dentro do conceito de mercado de câmbio a realização da troca de moeda de um país pela moeda de outro, com o objetivo de liquidar obrigações de cunho financeiro e de comércio internacional, via de regra, é feita somente com as chamadas moedas conversíveis, aquelas de livre curso no mercado mundial, aceitas como meio de pagamento nas transações internacionais e, via de regra, negociadas em bolsa. Simbologia de moedas utilizadas em alguns livros mais recentes e no próprio Sisbacen consideradas conversíveis: AUD (Dólar Australiano), CAD (Dólar Canadense), USD (Dólar Americano), GBP (Libra Esterlina), EUR (Euro), JPY (Yen Japonês), entre outras.

CAPÍTULO 2 – Variação cambial e taxa de câmbio

A diferença resultante da conversão de um valor em uma moeda para um valor em outra moeda, a diferentes taxas cambiais, é conhecida como **variação cambial**. Quando itens monetários surgem de transações em moeda estrangeira e há uma mudança na taxa de câmbio entre a data da transação e a data da liquidação, o resultado é uma variação cambial.

A **taxa de câmbio** pode ser considerada como sendo o preço de uma moeda de um determinado país pago ou recebido pela moeda de outra nação ou, simplesmente, a relação de valor entre duas moedas.

Considerando que a taxa de câmbio é, na verdade, o preço de uma moeda, sua formação é influenciada pela lei da oferta e demanda. Semelhantemente a uma mercadoria, pode-se afirmar que **a demanda por uma moeda é maior quando o seu preço é menor, e de forma inversa, a demanda é menor quando seu preço for maior**. Quanto à oferta de uma moeda, normalmente, quanto menor for o preço da moeda, menor será a quantidade ofertada e vice-versa.

As taxas de câmbio operadas pelo mercado são divulgadas em boletins pelo Banco Central do Brasil. A Circular Bacen 3.300/2005 divulgou a metodologia de apuração da taxa média de câmbio calculada pelo Banco Central do Brasil, que é conhecida como PTAX:

As cotações de compra e de venda da PTAX serão calculadas com base no resultado da taxa média (ponderada por volumes) das operações realizadas no mercado interbancário de câmbio, com liquidação em d+2, obtida após o expurgo de uma parcela dessas operações, cujo volume não é superior a 5% do volume negociado no dia.

As taxas de câmbio são livremente pactuadas entre as partes contratantes, ou seja, entre o comprador ou vendedor da moeda estrangeira e o agente autorizado pelo Banco Central a operar no mercado de câmbio. O **Banco Central do Brasil não fixa, mas coleta e divulga as taxas médias praticadas no mercado interbancário**, isto é, a taxa média do dia apurada com base nas operações realizadas naquele mercado, conhecida por "**taxa PTAX**", a qual serve como referência, e não como taxa obrigatória. Normalmente, os contratos de derivativos de câmbio são liquidados com base na PTAX divulgada para o dia útil anterior.

Onde você pode consultar as taxas divulgadas pelo Banco Central?

As taxas de câmbio divulgadas pelo Banco Central podem ser consultadas no seu site, na seção de "Câmbio e Capitais Internacionais". Nessa seção do site, também é possível verificar valores de conversão de moedas. As séries históricas de taxas de câmbio normalmente são encontradas na seção de "séries temporais" de "Economia e Finanças".

MÓDULO 10 – JUROS

CAPÍTULO 1 – Taxa Livre de Risco

Antes de apresentar algumas taxas de juros bastante comuns no mercado financeiro, vamos brevemente apresentar o que chamamos em finanças de “taxa livre de risco”. Segundo Damodaran, a taxa livre de risco deve ter as seguintes características:

- Não pode ter risco de default: como consequência, nenhum título privado pode ser considerado livre de risco, restando somente os títulos soberanos.
- Não pode haver risco de reinvestimento: daí decorre que, para ser considerado livre de risco, um título soberano tomado como referência precisa ter vencimento parecido com o do projeto sob análise e não pagar cupons.
- A taxa usada tem que estar na mesma moeda dos fluxos de caixa: não adianta pegar um título em dólares para fazer um valuation em reais.
- Taxas reais e nominais são bem diferentes: não adianta projetar o crescimento de uma empresa considerando a inflação e usar uma taxa real.

CAPÍTULO 2 – Taxa Pura de Juros

A taxa pura de juros ou a taxa livre de risco é a taxa de empréstimos que são praticamente destituídos de risco. A melhor aproximação para aplicar tal conceito pode ser dada pelos títulos de risco soberano – emitidos pelo tesouro nacional de países que apresentam baixo nível de risco, como Estados Unidos, Inglaterra ou Alemanha – de prazos fixos e não sujeitos a frequentes transferências antes do vencimento, procurando assim eliminar o prêmio pela incerteza e incorporar o “preço por esperar”.

Atualmente, com o elevado nível de liquidez mundial, a forte globalização do mercado financeiro e a importância relativa da economia americana no cenário global, os investidores usam como parâmetro de taxa livre de risco os T-BON 30, títulos de 30 anos emitido pelo tesouro dos Estados Unidos.

No dia-a-dia dos investidores a conclusão mais importante é que a taxa pura ou livre de risco oferecidas pelos títulos governamentais funcionam como um piso para tomada de decisão, ou seja, o investidor somente irá aplicar recursos em títulos de maior risco quando lhe for oferecido remuneração superior à taxa livre de risco.

CAPÍTULO 3 – SELIC BC

Provavelmente, você já ouviu falar sobre o Comitê de Política Monetária do Banco Central (COPOM). O COPOM é um órgão formado por profissionais do Conselho Monetário Nacional (CMN), que tem a finalidade de determinar a taxa de juros prefixada a ser (no sentido de tentar ser) praticada pelo Banco Central do Brasil em suas operações primárias (leilões de lançamento), lastreadas em

títulos PÚBLICOS federais. Essa é uma taxa de referência, à qual, muitas vezes, chamamos de Selic-BC.

CAPÍTULO 4 – SELIC Média

Em 16/04/2012, essa taxa de referência estava estabelecida em 9,75% ao ano. No entanto, diariamente, títulos PÚBLICOS são comprados e vendidos pelo mercado, em novas operações primárias e em operações secundárias, por meio do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic). A taxa média ponderada dessas operações é conhecida como **taxa Selic média**, ou **taxa Selic**, apenas.

Se em um dado momento, existe expectativa de alta nas taxas de juros que serão praticadas pelo mercado, a Selic vai superar a taxa de referência de 9,75%, podendo resultar em perdas para os participantes de mercado que compraram títulos no mercado primário.

Por exemplo, o Banco Barreto, acreditando nas previsões de mercado de que a taxa de juros ainda cairá a níveis mais baixos que os atuais 9,75% a.a., adquire um lote de títulos PÚBLICOS federais no mercado primário, o que lhe remunerará uma taxa de juros de 9,79% a.a.

A partir da sua expectativa de baixa, o banco capta recursos por meio de operação compromissada (venda com compromisso de recompra), com lastro nos títulos adquiridos, pagando uma taxa de juros de 9,77% a.a., apurando um ganho de 0,02% a.a.

Se, contra as expectativas do mercado, as taxas de juros, ao final dessa primeira operação compromissada, tiverem subido para 9,79% ao ano, o Banco Barreto, ao refinarciar uma nova operação compromissada para continuar o carregamento de sua posição nesse lote, amargará um prejuízo.

A taxa de referência tenta indicar ao mercado, portanto, a expectativa explícita do Banco Central (BC) para a tendência futura das taxas de juros. A taxa média Selic, por sua vez, explicita as satisfações ou os temores do mercado em relação à tendência futura das taxas de juros.

CAPÍTULO 5 – Mercado Interbancário

Para gerenciar a liquidez durante um dia de transações com clientes e com outras instituições financeiras, os bancos dispõem de recursos em ativos líquidos, como dinheiro, por exemplo. Afinal, essas instituições precisam ter esses recursos disponíveis para qualquer necessidade de liquidez que seus clientes possam ter. No entanto, apesar do planejamento dessas instituições, podem ocorrer situações de desequilíbrio de curto prazo.

Com o objetivo de facilitar o processo de troca dessas reservas bancárias, foi criado o mercado interbancário, onde participam somente instituições financeiras, como bancos e corretoras, por exemplo. É nesse mercado, sem a participação do governo e sem a cobrança de impostos, que as instituições financeiras equilibram sua liquidez de curto prazo.

CAPÍTULO 6 – CDI

Para lastrear este mercado, foi criado o CDI, ou Certificado de Depósito Interfinanceiro. Com funcionamento em linha com os do CDB, porém restrito somente às instituições financeiras, o CDI permite que bancos emprestem e tomem emprestado de outras instituições.

Como as mais usuais no mercado interbancário, as taxas registradas nas operações de um dia servem de referência para o cálculo da taxa CDI Over. A taxa média diária do CDI de um dia, também conhecido como Depósito Interfinanceiro, é, portanto, calculada com base nas operações de emissão de Depósitos Interfinanceiros pré-fixados, pactuadas por um dia útil e registradas e liquidadas na CETIP, conforme determinação do Banco Central.

CAPÍTULO 7 – Taxa Básica Financeira – TBF

A Taxa Básica Financeira - TBF foi criada pelo Banco Central em 06/95 com o objetivo de alongar o perfil das aplicações em títulos, pela criação de uma taxa de juros de remuneração superior à Taxa Referencial -TR. Sua metodologia de cálculo está baseada na amostra estatística das 30 maiores instituições financeiras (bancos comerciais e de investimento, bancos múltiplos com carteira comercial e de investimento, sendo considerado uma ÚNICA instituição financeira o conjunto de instituições de um mesmo conglomerado e a Caixa Econômica Federal), escolhida em função do volume de captação de depósitos a prazo (CDB e RDB prefixados com prazos variando de 30 a 35 dias).

Diariamente, para cada uma das instituições financeiras da amostra, é calculada a taxa média ponderada em da seguinte forma: multiplica-se a taxa de cada CDB/RDB emitido pelo seu valor de emissão; soma-se todos os produtos anteriormente obtidos; divide-se o resultado pela soma de todos os valores de emissão; e resultado é a taxa média ponderada em valor dos depósitos a prazo da instituição.

CAPÍTULO 8 – Taxa Referencial - TR

A Taxa Referencial foi criada em fevereiro de 1991, com o intuito de ser uma taxa básica referencial dos juros a serem praticados no mês iniciado e não como um índice que refletisse a inflação do mês anterior.

Atualmente, o cálculo da TR tem como base o valor da TBF, sobre o qual é aplicado um redutor definido pelo governo. Logo, a TR é uma taxa de juros básica calculada a partir do rendimento mensal médio dos CDBs e RDBs. Embora seja usada como indexador dos contratos, a TR é uma taxa de juro e não pode ser confundida com inflação. É divulgada diariamente, no final da tarde, mas com um dia de defasagem. É usada para a correção das aplicações da caderneta de poupança e das prestações dos empréstimos do Sistema Financeiro da Habitação. Neste último caso, passou a ser facultativa para as instituições financeiras em setembro de 2006.

CAPÍTULO 9 – Taxa LIBOR

A *London Interbank Offered Rate* (ou LIBOR) é uma taxa de referência diária, calculada com base nas taxas de juros oferecidas para grandes empréstimos entre os bancos internacionais que operam no mercado londrino. É muito utilizada como taxa referencial nas transações internacionais.

Sua versão definitiva é de 1986. Na época, a *British Bankers Association* (Associação dos Banqueiros Britânicos) pediu que os maiores bancos compartilhassem informações diárias sobre as taxas de juros que pagariam, quando tomassem empréstimos de outros bancos. Depois de eliminados os valores extremos, uma taxa média era determinada para o dia.

MÓDULO 11 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Capítulo 1 – O que é desenvolvimento humano?

Todo ser humano é dono de um potencial que pode ser desenvolvido com base em suas escolhas. O conceito de desenvolvimento humano é o processo de ampliação dessas escolhas de tal forma que as pessoas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que almejam.

Na perspectiva do crescimento econômico o bem estar de uma sociedade depende apenas dos recursos ou da renda que ela pode gerar. Já a abordagem de desenvolvimento humano direciona o olhar para as pessoas, contemplando suas oportunidades e capacidades. Neste conceito reside a ideia de que a renda é importante como um dos meios do seu desenvolvimento, mas não como seu fim. O foco é deslocado do crescimento econômico, ou da renda, para o ser humano.

Além de fatores econômicos, a qualidade da vida humana é influenciada por características sociais, culturais e políticas. O conceito de Desenvolvimento Humano parte destes parâmetros para aferir o avanço da qualidade de vida de uma população. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) publicados anualmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) baseiam-se neste conceito.

CAPÍTULO 2 – O que é IDH?

O **Índice de Desenvolvimento Humano** foi Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, com a pretensão de ser uma medida geral e sintética do desenvolvimento humano.

A criação do IDH teve como objetivo apresentar um contraponto ao Produto Interno Bruto (PIB) per capita, indicador muito utilizado que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Ele ampliou a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, embora não abarque todos os seus aspectos na totalidade. Por exemplo, democracia, participação, equidade, sustentabilidade são outros dos muitos fatores do desenvolvimento humano que não são contemplados no IDH. Sendo assim, o IDH não é uma representação da “felicidade” das pessoas, nem indica “o melhor lugar do mundo para viver”, mas fornece um referencial valioso para ações governamentais que objetivam o bem estar social.

O Relatório de Desenvolvimento Humano completou 20 anos em 2010. Desde então, novas metodologias passaram a fazer parte do cálculo do IDH. Os três pilares que constituem IDH são SAÚDE, educação e renda. A mensuração deles é feita da seguinte forma:

- Uma vida longa e saudável (SAÚDE) é medida pela expectativa de vida;
- O acesso ao conhecimento (educação) é medido por: i) média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos; e ii) a expectativa

de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, que é o número total de anos de escolaridade que uma criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber se os padrões prevalentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança;

- E o padrão de vida (renda) é medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita expressa em poder de paridade de compra (PPP) constante, em dólar, tendo 2005 como ano de referência.

CAPÍTULO 3 – IDH no Brasil

Em 2014, houve uma elevação do IDH brasileiro de 0,752, em 2013, para 0,755. A informação positiva também pode ser anunciada de outra maneira, pois o país foi ultrapassado por Sri Lanka, no ranking de IDH, e passou da 74ª posição para a 75ª. No topo do ranking de 188 países, está a Noruega (0,944), e na última posição, o Níger (0,348).

Para a coordenadora do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) no Brasil, Andrea Bolzon, “o ranking é uma espécie de corrida em direção a maiores níveis de desenvolvimento. Quando alguém te ultrapassa numa corrida não significa que você parou de andar ou andou para trás, significa apenas que alguém passou mais rápido por você”.

Na faixa em que o Brasil e muitos outros países em desenvolvimento se encontram, é bastante comum que as posições se alternem de um ano para outro, pois elas estão muito próximas. Para efeito de comparação, o IDH de alguns países da América Latina e das nações do Bric são: México (0,756), Uruguai (0,793), Rússia (0,798) e China (0,727), Índia (0,609). O Sri Lanka, que ultrapassou o Brasil, passou de 0,752 para 0,757 em 2014.

A categoria em que o Brasil está inserido é a de “alto desenvolvimento humano”. O país tenta chegar à mais elevada no ranking, o grupo com “muito alto desenvolvimento humano”.

Devemos ter em mente que isso não significa, de maneira alguma, que toda a população brasileira viva com padrões de alto nível de desenvolvimento. A ONU ressalta que a desigualdade social ainda é elevada o que implica, na prática, que os níveis de desenvolvimento variem bastante dentro do país.

Quando olhamos a tendência de longo prazo, vemos que o Brasil acumula um desempenho positivo. O país teve o maior crescimento de IDH da América do Sul entre 1990 e 2014. Neste período, a taxa média anual de expansão do índice brasileiro foi de 0,91%. Em 2014, a queda na renda reduziu o ritmo de crescimento do IDH. Após anos consecutivos de alta, a renda média do brasileiro teve uma queda de 0,74% na comparação com 2013, passando de US\$ 15.288 para US\$ 15.175.

Crises econômicas podem ter reflexos negativos no IDH, porém, como o índice mede tendências de longo prazo, esses efeitos só ocorrem em crises mais prolongadas. Um exemplo foi a crise que o Brasil experimentou na década de 80, que afetou não só a renda, mas também escolaridade e a saúde da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PAIVA, C. A. N.; Cunha, A. M. **Noções de Economia**. Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. 452 p.

PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. de. **Manual de Economia**. Equipe de Professores da USP. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

VASCONCELLOS, M. A. S. de; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 2008.

MANKIWI, N. G. **Introdução à economia**: princípios de micro e macroeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

BBC. IDH do Brasil avança ou cai. Disponível em:

http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151214_idh_brasil_onu_avanca_cai_ms. Acesso em 2016, março, 21.

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. **Introdução à Economia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

PAIVA, C. A. N.; Cunha, A. M. **Noções de Economia**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. 452 p.

PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. de. **Manual de Economia**. Equipe de Professores da USP. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

PNUD – Índice de Desenvolvimento Humano. Disponível em:

<http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>. Acesso em 2016, março, 21.

VASCONCELLOS, M. A. S. de; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 2008.

MANKIWI, N. G. **Introdução à economia**: princípios de micro e macroeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 2009.